GENEALOGIA DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL

1809 - 2018

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Governador: José Ivo Sartori
Vice-Governador: José Paulo Dornelles Cairoli

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO
Secretário: Carlos Búrigo
Secretário Adjunto: Josué Barbosa

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL
Diretor: Antonio Paulo Cargnin
Diretora Adjunta: Carla Giane Soares da Cunha

Ficha técnica:
Organizadores: Fernando Dreissig de Moraes, Laurie Fofonka Cunha
Equipe técnica: Alberto Marcos Nogueira, Cláudia Russo da Silva, Dionísio Saccol Sangoi, Grazieli Testa, Julio Cesar Brum Oliveira, Luciana da Silva Mieres, Marco Antonio Rey Zanella, Leonardo Rubert Pohlmann (Estagiário - Geografia), Paula Lima Vanacor (Estagiária - Geografia), Rai Nunes dos Santos (Estagiário - Geografia), Tiago Moschen (Estagiário - Geografia).
Assessoria de comunicação: Lucas Barroso, Priscila Barbosa Ely
Revisão: Marlise Margô Henrich
Capa: Planta da Freguezia de São Lourenço (1884) | Acervo da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação:

Genealogia dos municípios do Rio Grande do Sul / Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG). Departamento de Planejamento Governamental. Porto Alegre : SPGG, 2018.

59 p. : il.

ISBN Impresso 978-85-89443-08-1
ISBN online 978-85-89443-09-8

1. Geografia Política: Rio Grande do Sul. 2. Divisão Territorial: Rio Grande do Sul. I. Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG). Departamento de Planejamento Governamental. II. Título.

CDU 911.3:32(816.5)

Bibliotecária responsável: Irma Carina Brum Macolmes – CRB 10/1393

SUMÁRIO

Olavo FREIRE _ Pedagogium

GENEALOGIA DOS MUNICÍPIOS

Compreender o processo histórico da configuração político-administrativa dos municípios do nosso Estado é essencial para uma análise mais apurada do momento econômico, geográfico e demográfico que vivemos.

A partir de uma árvore genealógica, este livro apresenta os vários momentos das emancipações municipais, suas gerações e linhagens. E, assim, pretende contribuir para difundir o conhecimento da dinâmica do território gaúcho.

O início de tudo se deu com a divisão administrativa de 1809. Foram criadas quatro grandes vilas, que são os ancestrais dos municípios do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha. Ao longo dos anos, elas foram se subdividindo até chegarmos aos atuais 497 municípios.

Os gráficos, textos e mapas ajudam a remontar nossas origens e toda a evolução desse processo de formação do Rio Grande do Sul.

Espero que esta Genealogia dos Municípios do Rio Grande do Sul, que agora está em suas mãos, possa ajudá-lo a conhecer melhor e, portanto, compreender a história do nosso Estado.

Boa leitura a todos!

José Ivo Sartori
Governador do Estado
do Rio Grande do Sul

Ao lado, mapa do Rio Grande do Sul de 1895.

Chorographia do Brasil | Acervo da British Library <explore.bl.uk>

RIO GRANDE

UM OLHAR VOLTADO ÀS ORIGENS

Um olhar para o passado para entender um pouco mais o presente e o futuro. Com esse princípio, a Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão publica a Genealogia dos Municípios do Rio Grande do Sul. Um livro que contribui para remontar e melhor compreender a evolução da divisão político-administrativa do Estado.

Assim como as famílias montam suas árvores genealógicas para descobrir a história de seus antepassados (e, por consequência, a sua própria), os municípios também têm uma origem a ser desvendada. Com base nisso, os organizadores e demais técnicos envolvidos na pesquisa que gerou esta publicação compilaram informações e disponibilizaram um esquema gráfico que apresenta, de maneira simples e didática, a dinâmica das emancipações no RS.

A transformação e o crescimento do Estado estão demonstrados em linhas do tempo. Da primeira divisão político-administrativa, em 1809, com apenas quatro municípios, até a mais atual, de 2013, com 497.

O resultado é um documento histórico, destinado a pesquisadores, professores, estudantes, gestores e demais interessados em conhecer as raízes, o caule e as folhas dessa grande árvore repleta de história que é o Rio Grande do Sul.

Carlos Búrigo
Secretário de Planejamento,
Governança e Gestão do Estado

BREVE HISTÓRICO DA DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

O início do estabelecimento das divisões municipais do atual Estado do Rio Grande do Sul se dá a partir da Real Resolução de 27 de abril de 1809, quando as povoações de **Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha** tornam-se vilas da então Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul. Entretanto, o documento que efetivamente estabeleceu a divisão político-territorial e administrativa destas terras foi a **Provisão Real de 07 de outubro** do mesmo ano, a qual definiu as autoridades a serem nomeadas em cada uma das vilas, bem como sua subdivisão em freguesias (COSTA E SILVA, 1968).

O conceito de vila era utilizado para designar núcleos de povoamento que já possuíam certo contingente populacional. Quando do estabelecimento oficial das quatro primeiras vilas, passa a ser obrigatório que cada uma delas possua uma câmara municipal. As freguesias, por sua vez, eram subdivisões das vilas. Cada freguesia possuía um cartório eclesiástico e um padre que residia permanentemente na igreja (GUERRA, 2011).

A criação dos quatro primeiros municípios sul-rio-grandenses foi proposta ao governo de Portugal pelo governador Paulo José da Silva Gama em uma exposição dirigida ao Príncipe Regente de Portugal, datada de 04 de dezembro de 1803 (COSTA E SILVA, 1968). Esse pode ser considerado um ponto de partida, sendo o primeiro ato no qual fica exposta a **intenção de dividir administrativa e judicialmente o território do Estado**.

Os autores e documentos consultados para a elaboração deste histórico estão apresentados (entre parênteses) ao longo do texto. As referências completas podem ser conferidas na página 21.

Entretanto, é importante destacar que já havia núcleos de população consolidados no atual território do Rio Grande do Sul nos séculos XVII e XVIII, a partir de iniciativas criadas pelas missões jesuíticas, sendo estes os primeiros grupos de povoamento organizados em áreas então pertencentes à Espanha. Nesse período, surgiram os Sete Povos das Missões: São Nicolau, São Luís Gonzaga, São Miguel Arcanjo, São Francisco de Borja, São Lourenço, São João Batista e Santo Ângelo. As Missões tiveram um importante desenvolvimento, destacando-se pelas práticas agrícolas nelas realizadas, sobretudo na primeira metade do século XVIII. Na segunda metade daquele século, as missões entraram em declínio até serem efetivamente conquistadas pelos portugueses em 1801.

Antes mesmo das quatro vilas originárias, em 1747 foi criada a Vila de Rio Grande de São Pedro, com delimitações territoriais estabelecidas, sendo essa a primeira povoação a receber tal distinção até aquele momento. Essa vila foi originada a partir da construção de um pequeno forte chamado Jesus-Maria-José, destinado ao apoio da ação dos portugueses contra possíveis invasores interessados na Colônia de Sacramento (então pertencente a Portugal).

Até o final do século XVIII, o atual território do Rio Grande do Sul ainda era praticamente inexplorado, sendo conhecidas apenas a região missioneira, a do litoral e a do nordeste. A primeira foi fruto da intervenção dos jesuítas espanhóis. Já na região dos

altiplanos e no litoral, a passagem dos tropeiros e bandeirantes levando gado para São Paulo formou os primeiros caminhos para o Estado. Nessa região, havia um ponto de registro composto por alguns soldados cuja função era deter o contrabando, numa ocupação que iniciaria a formação do atual município de Santo Antônio da Patrulha. No entanto, as demais regiões, sobretudo o sudoeste, eram desconhecidas dos governantes, sendo habitadas por tribos indígenas (BORGES FORTES e WAGNER, 1963).

Em 1780, segundo Fialho (2011), o tenente **Antônio Inácio Rodrigues Córdova** elaborou a chamada "**Planta do Continente do Rio Grande**", na qual o território sul-rio-grandense aparece dividido em quatro províncias (ou regiões): Rio Grande, Viamão, Rio Pardo e Vacaria (ou Cima da Serra). Em 1798, o português Domingos José Marques Fernandes foi enviado pelo governo da metrópole para estudar as terras atualmente pertencentes ao Rio Grande do Sul. O objetivo era apreender sua realidade e posteriormente encaminhar suas impressões e sugestões ao Reino de Portugal. Fernandes retornou em 1804, com uma carta escrita sobre suas impressões do território visitado. Ele ainda retornaria ao Brasil quando do estabelecimento da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro em 1808 (BARROSO, 2012).

Tanto a formação como o desmembramento dos municípios foram predominantemente condicionados ao **fator "povoamento"**. Pelo entendimento de Salvia e Marodin (1976), é possível dividir o território rio-grandense em três porções com padrões de formação diferenciados. Em um primeiro momento, o povoamento deu-se nas **áreas de campo pela população luso-brasileira**, que possuía a pecuária como atividade econômica principal. Nesse período, a formação dos municípios ocorreu principalmente nas regiões de campos de pastagens, gerando uni-

Ao fundo, mapa de São Lourenço do Sul de 1884.

dades com grandes extensões territoriais, baixas densidades populacionais e poucas subdivisões de núcleos populacionais. Essa região ocupava mais da metade da superfície do Estado, com a quantidade de municípios crescendo de forma lenta, com tendência à estabilização.

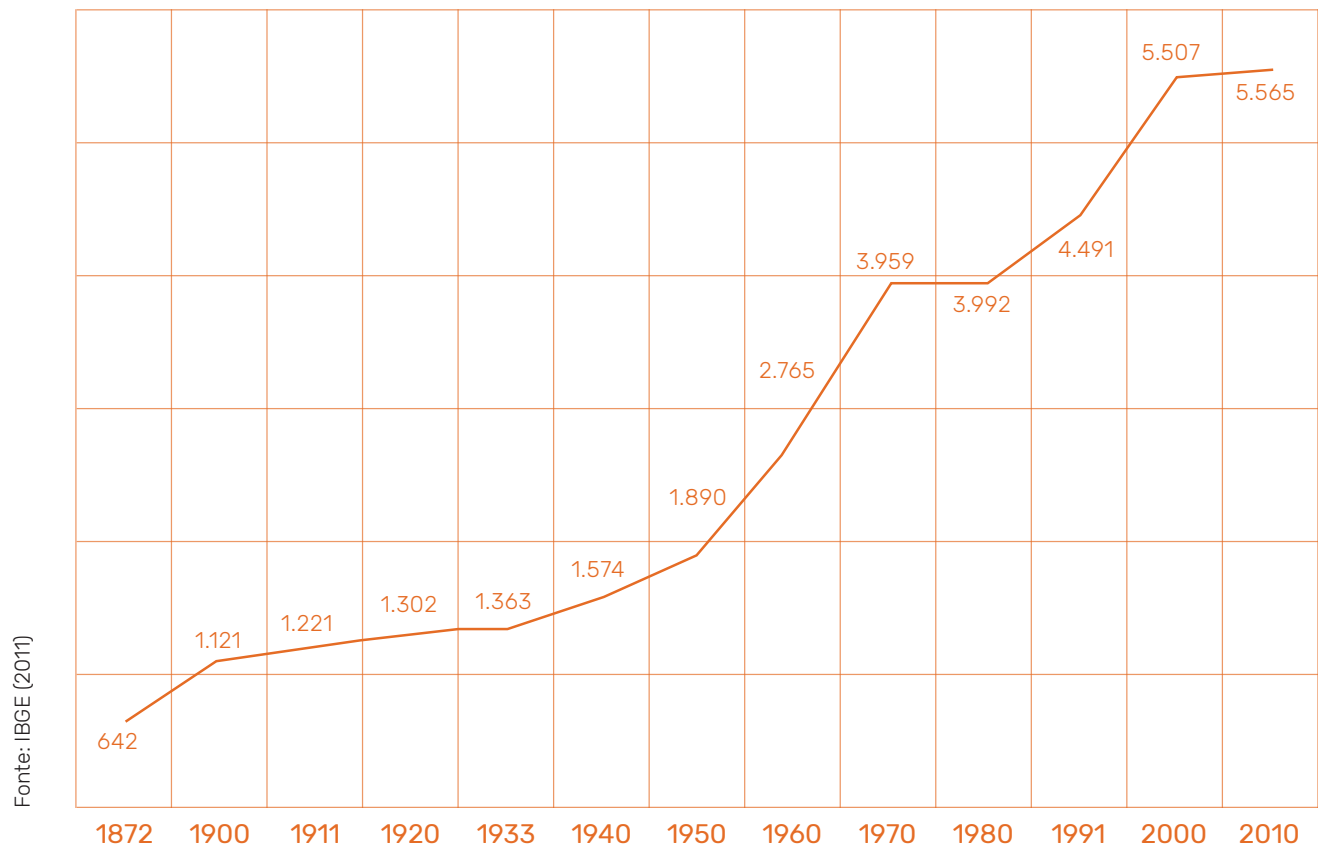
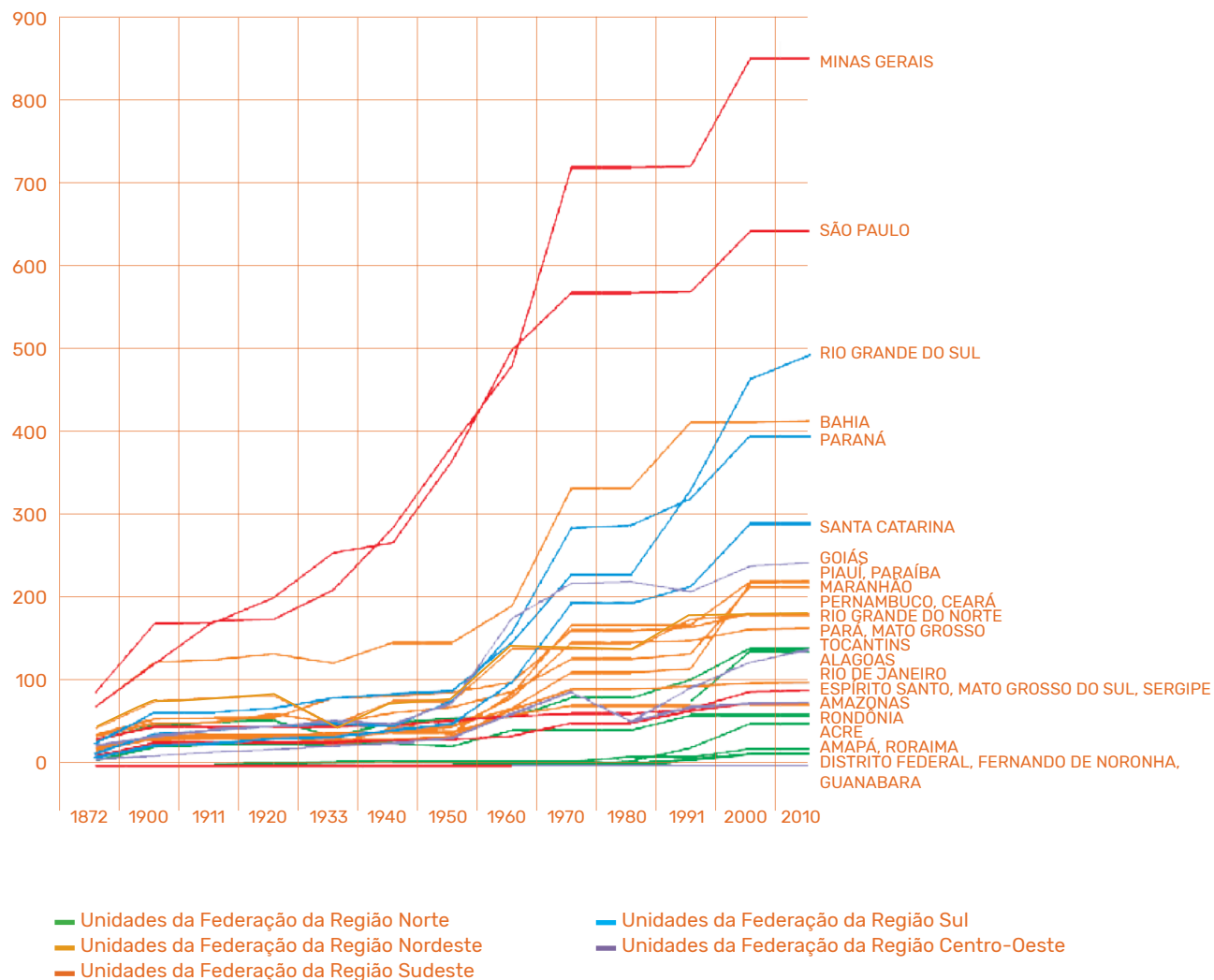
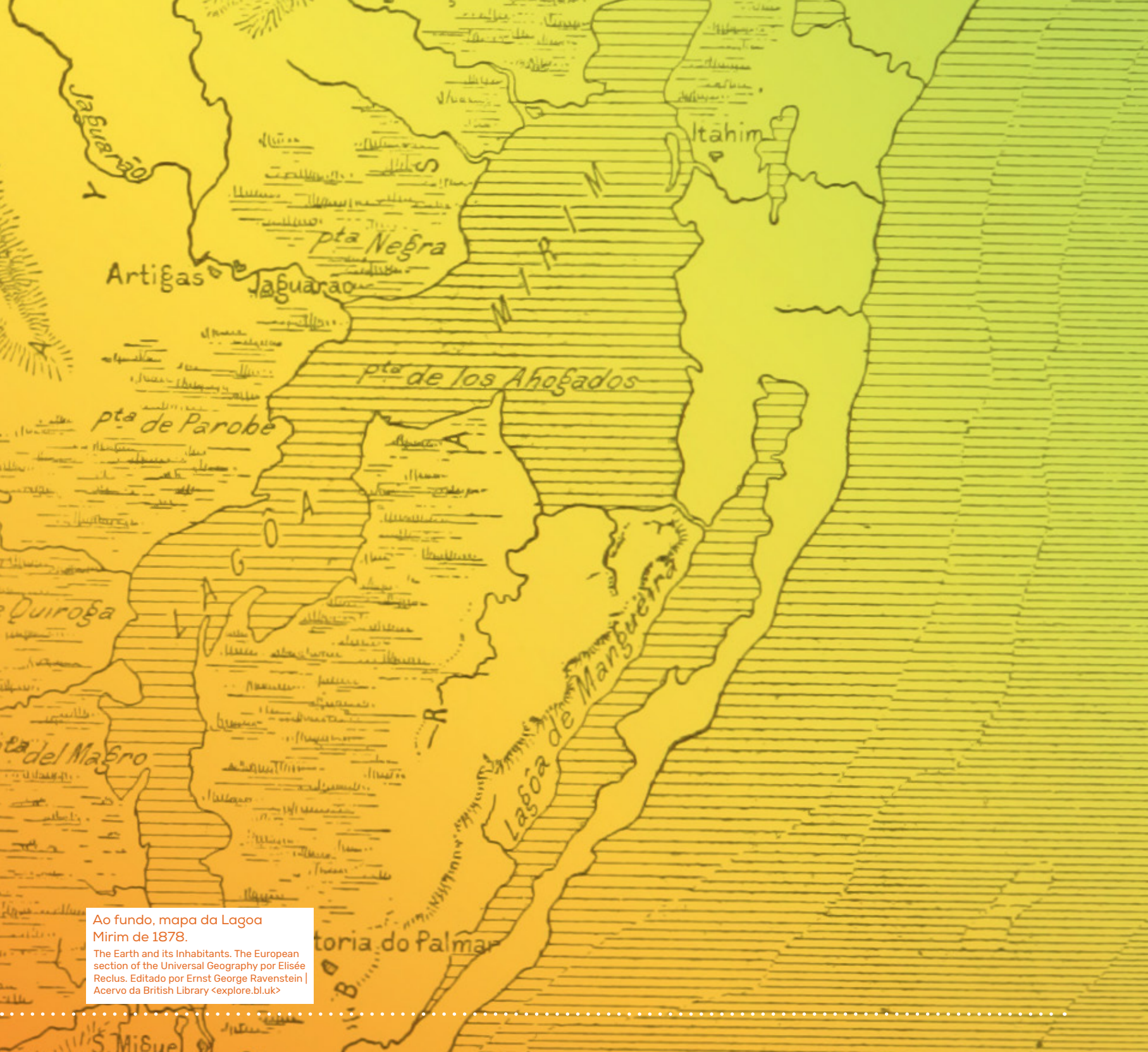
A partir de **1824**, a chegada de imigrantes alemães iniciou um **novo padrão de povoamento, assentado nas áreas florestais**. Os alemães tinham a agricultura como atividade econômica principal, o que promovia a formação de muitos núcleos populacionais devido à necessidade de comercialização dos produtos agrícolas. Duas regiões diferentes são identificadas no período de colonização europeia não portuguesa. A primeira localizada na Encosta Inferior e Superior Nordeste do Planalto Meridional. Essa região se caracterizou pela formação de muitos municípios com pequena área territorial, evolução municipal com ritmo acelerado e alta densidade demográfica rural (superior a 50 hab/km²). A segunda está localizada na região do Alto Uruguai e teve como característica a definição de dois momentos: até 1954, os municípios possuíam muitos distritos, devido a uma área territorial expressiva. Após isso, houve um intenso processo de municipalização. Entre os anos de 1954 e 1965, foram criados 140 municípios, ou seja, quase dois terços dos municípios do Estado (LA SALVIA e MARODIN, 1976).

Esse período prolífico de criação de municípios no Rio Grande do Sul acontece justamente após o que Meirelles (1993) trata como um divisor de águas em relação à autonomia municipal no Brasil: a **Constituição Federal de 1946**. Com ela, foi possível uma **maior liberdade em termos políticos e administrativos aos municípios**, reforçando assim o movimento municipalista.

Contudo, esse quadro é profundamente modificado a partir de 1964, com o período dos governos militares. A **Constituição de 1967** ofereceu o suporte legal para o Governo Federal iniciar um ciclo de **maior centralização administrativa**, reduzindo a autonomia nas esferas estaduais e municipais. Nesse período, o número de municípios gaúchos se estabilizou em 232. Somente em 1981 ocorreria a emancipação de um novo município em território gaúcho: Teutônia, oriundo de Estrela. Na ocasião, já existia um contexto de reabertura e de transição para um regime democrático, embora ainda sob a administração do presidente militar João Baptista Figueiredo (1979-1985).

A partir da **Constituição Federal de 1988**, estados e municípios adquirem um grau de autonomia jamais antes observado na história da república (TOMIO, 2002). A partir de então, a competência para a criação de municípios, além de outras alterações de cunho territorial, como fusões, anexações e desmembramentos, passou para a **responsabilidade da esfera estadual**. O texto original da Constituição Federal, no seu artigo 18, assim dispunha sobre o tema:

> § 4° A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios preservarão a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, far-se-ão por lei estadual, obedecidos os requisitos previstos em lei complementar estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas.

Assim, a criação de novos municípios seria efetivada a partir da sanção de leis complementares. Esse cenário permitiu, de maneira geral, uma **maior flexibilização** dos requisitos mínimos para a viabilidade de um novo município (população, número de eleitores, estrutura de serviços e comércio etc.), fato que contribuiu para a onda emancipacionista observada entre o fim dos anos 80 até meados dos anos 90. Para verificar a amplitude desse fenômeno, basta observar que o **Brasil saltou de 3.992 municípios em 1980 para 5.507 municípios em 2000**, o que equivale a um aumento de quase 38% (IBGE, 2011).

Esse crescimento emancipacionista teve o Rio Grande do Sul como um dos grandes destaques. O **final da década de 1980** marcou o início do **período de maior profusão da criação de municípios em toda a história do Estado**. Em um intervalo de apenas nove anos, a partir de 1987, o mapa gaúcho ganhou 253 novos municípios, um aumento superior a 100%. Esse acréscimo viria em três "ondas": a primeira em 1987-1988; a segunda em 1992; e a terceira em 1995-1996, concentrando-se principalmente nas regiões noroeste e nordeste do Estado.

De maneira geral, as leis complementares estaduais estabeleceram critérios que facilitavam os procedimentos de emancipação. Diante da quantidade de novos municípios, em 1996, foi promulgada a **Emenda Constitucional nº 15** que, na prática, dificultou a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de novos municípios. Isso pode ser observado na árvore genealógica, que não apresenta novos registros desde o ano em que passou a vigorar esta regra.

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

PESQUISA DOCUMENTAL

A coleta das informações referentes à data de criação dos municípios seguiu primeiramente as informações contidas no documento "**Cronologia dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul**". Essa publicação foi organizada em função do "Projeto Arquivo Gráfico Municipal" (AGM/RS) e concluída em 2005. O material contém o ano de criação de todos os municípios que já existiram no Estado do Rio Grande do Sul, incluindo aqueles extintos ou incorporados por outros, e os apresenta da seguinte maneira: por ordem cronológica, por ordem alfabética do município gerador (contendo somente aqueles que cederam áreas para a criação de pelo menos um município) e por ordem alfabética de município criado.

O projeto AGM/RS foi iniciado em 1994 a partir de convênio firmado entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, objetivando construir um acervo homogêneo de informações legais e cartográficas, em um trabalho com as instituições envolvidas e com os municípios, de forma a contemplar, de maneira clara e precisa, a definição dos limites municipais do Rio Grande do Sul à luz da lei, com sua respectiva representação cartográfica.

Entre as etapas realizadas no referido projeto, a **análise das leis que criaram os municípios**, bem como sua data, serviu de base para a construção do já mencionado documento "Cronologia dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul". Os resultados nele expostos, por sua vez, foram utilizados como base para a organização da árvore genealógica.

Também foi utilizado o acervo legal municipal constante na Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Esse acervo consiste em uma compilação das leis que descrevem os limites de todos os municípios gaúchos, tanto aquelas ainda vigentes como as já revogadas. Essa consulta foi importante, principalmente para definir o ordenamento de municípios criados em um mesmo ano. Para isso, continuou-se utilizando o critério cronológico, definido a partir da data exata da promulgação da lei de criação. Em alguns casos de municípios criados na mesma data, o critério utilizado para definir o ordenamento foi o número da legislação, ou seja, a ordem de publicação das leis.

Também foram realizadas consultas a outros materiais bibliográficos, como os livros "Evolução Administrativa do Rio Grande do Sul", de Júlia Netto Felizardo (s/d); "Evolução Municipal - Rio Grande do Sul - 1809-1996", da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (2001); e "Evolução da Divisão Territorial do Brasil: 1872-2010", do IBGE (2011).

Na árvore genealógica, os municípios são apresentados de acordo com a sua **nomenclatura atual**. Todas as transformações dos nomes no período entre 1872-2010 podem ser observadas consultando-se as informações presentes no Anexo 2 "Quadro da criação dos atuais 497 municípios do Rio Grande do Sul".

PROJETO ARQUIVO GRÁFICO MUNICIPAL

CRONOLOGIA DOS MUNICÍPIOS DO RS

ÁRVORE GENEALÓGICA DOS MUNICÍPIOS DO RS

ORGANIZAÇÃO DOS DADOS, CRITÉRIOS PARA ORDENAÇÃO E CONSTRUÇÃO DA ÁRVORE GENEALÓGICA

Cada município gaúcho (seja atualmente existente ou já extinto) **aparece apenas uma vez na árvore genealógica**, mesmo nos casos daqueles que têm seu território advindo de mais de um município. Optou-se por esse critério para que o gráfico não ficasse excessivamente extenso, nem se tornasse muito repetitivo. Portanto, a disposição de cada unidade administrativa é única no diagrama.

É importante destacar que **a premissa da organização desta árvore genealógica se dá exclusivamente sob o ponto de vista da divisão político-administrativa, e não da divisão das terras da(s) unidade(s) predecessora(s)**. Ou seja, nos casos dos municípios gerados com áreas oriundas de mais de um formador, quando se determina a vinculação de um a outro no gráfico, não se leva em consideração qual deles forneceu a maior porção territorial do novo município. Isso se deve ao fato de que a lógica da metodologia adotada para a elaboração do presente diagrama foi inspirada nas famosas árvores genealógicas familiares, o que não permite a confecção de um produto baseado em critérios de vinculação a partir de uma lógica de extensão territorial.

Assim, existem casos em que, mesmo que um município tenha cedido uma parte maior para a nova unidade formada, o vínculo da árvore genealógica é feito com um município que cedeu menor porção territorial, porque o principal critério utilizado na organização da árvore foi a **geração do "município mãe"**, que não leva em consideração aspectos territoriais.

- Um exemplo disso é Dom Feliciano (posição D7). Embora grande parte do seu território seja oriunda de Encruzilhada do Sul (B18), sua vinculação está associada a São Jerônimo (C2). Esse vínculo não é feito de maneira aleatória, mas fundamentado em uma série de critérios para que a árvore genealógica apresente uma coerência no aspecto da evolução político-administrativa ao longo das gerações.

Esses critérios foram definidos porque **muitos municípios possuem múltiplos formadores**, exigindo a elaboração de uma base metodológica que evitasse que um município fosse disposto de maneira completamente casual nestes casos. Desse modo, o elemento principal utilizado para a definição foi a geração do "município-mãe", sendo **escolhido aquele de geração mais posterior**. Caso não fosse respeitado esse critério, poderia ocorrer a situação de municípios serem representados em uma geração igual ou anterior à de um de seus formadores. Vejamos este exemplo:

- O município de Capão do Cipó aparece na árvore genealógica na 6ª geração (F80), vinculado a São Miguel das Missões (E82), um município de 5ª geração. Contudo, Capão do Cipó também recebeu áreas de Santiago (D70), que é um município de 4ª geração. Caso se optasse por inseri-lo na sequência de Santiago, Capão do Cipó seria colocado como um município de 5ª geração, ou seja, em uma geração igual à um de seus predecessores, fato que acabaria descaracterizando o sentido de uma árvore genealógica. Seria a mesma situação de um filho ser inserido na mesma geração de sua mãe em uma determinada linha de ancestrais.

Sob posse dos dados referentes à data de fundação dos municípios, montou-se inicialmente um banco de dados no qual se inseriu cada município vinculado a seu respectivo formador, sempre respeitando os critérios escolhidos. Posteriormente, essas informações foram sistematizadas em uma planilha eletrônica. **Nos casos em que os municípios formadores eram todos da mesma geração ou quando havia mais de um município na geração mais avançada, optou-se por inseri-lo na linha genealógica daquele de data de fundação mais antiga**.

- Um exemplo disso é o caso de Bom Princípio (D14), que aparece na linha genealógica de Montenegro. Esse município, porém, também recebeu áreas

Ao fundo, mapa do Paraguai, Uruguai, Parte do Brasil e da Argentina, de 1887.

de São Sebastião do Caí em sua formação. Entretanto, como Montenegro surge em 1873, e São Sebastião do Caí, em 1875, optou-se por inseri-lo na sequência de Montenegro, que é o mais antigo, mesmo que ambos estejam na 3ª geração.

Existe uma situação peculiar em que não foi possível seguir esse critério: Triunfo. Criado em 1831, recebeu áreas de Porto Alegre e Rio Pardo. Devido ao fato de ambos seus formadores serem de 1ª geração, tendo seu estabelecimento em 27 de abril de 1809, optou-se por sua sequência genealógica ser indicada a partir de Porto Alegre, principalmente pelo fato de grande parte de sua área ter sido retirada da Capital, ainda que a questão de delimitação territorial, como já exposto anteriormente, não seja um critério utilizado neste trabalho.

Embora todos os municípios estejam representados na árvore genealógica como sendo "formados por" ou "formadores de" apenas um município, é importante destacar que o **quadro anexo à árvore (Lista de Códigos e Municípios por Ordem Alfabética) complementa as informações sobre as filiações**. Ou seja, em todos os casos de municípios com mais de um formador, representados pelo símbolo "✚" ao lado de seu nome na árvore, a informação sobre suas origens é complementada com o auxílio da Lista de Códigos e Municípios por Ordem Alfabética. Nela, constarão as informações complementares sobre os que se enquadram nessa situação. Em outra via, como a organização esquemática apresenta cada município apenas uma vez, também alguns formadores não estão ligados diretamente a todos os seus descendentes, justamente por eles já aparecerem vinculados a algum dos outros municípios que os formaram. Nesses casos, o símbolo "●" estará colocado ao lado do seu nome, devendo novamente a Lista de Códigos e Municípios por Ordem Alfabética ser consultada para se obter a informação completa dos municípios formados por aquela unidade.

✚ MUNICÍPIO COM MAIS DE UM FORMADOR

● MUNICÍPIO COM DESCENDENTES VINCULADOS A OUTRO MUNICÍPIO

Em eventuais casos de dois ou mais municípios oriundos de um mesmo formador e criados na mesma data, definiu-se como mais antigo aquele cujo número da lei de criação é menor, significando que ela foi sancionada anteriormente. Segue esquema que sintetiza a metodologia utilizada para definição das relações filiais entre os municípios.

1° CRITÉRIO: GERAÇÃO DO MUNICÍPIO-MÃE. EM CASO DE MÚLTIPLOS FORMADORES, DEFINIU-SE COMO "MUNICÍPIO-MÃE" O QUE TIVESSE GERAÇÃO MAIS ELEVADA

2° CRITÉRIO: QUANDO OS MUNICÍPIOS GERADORES ERAM TODOS DA MESMA GERAÇÃO, ATRIBUIU-SE A CRIAÇÃO ÀQUELE QUE TIVESSE DATA DE FUNDAÇÃO MAIS ANTIGA (EXCETO TRIUNFO)

3° CRITÉRIO: QUANDO MAIS DE UM MUNICÍPIO POSSUÍSSE O MESMO FORMADOR E TIVESSE SIDO CRIADO NA MESMA DATA, DEFINIU-SE COMO MAIS ANTIGO O QUE POSSUÍA MENOR NÚMERO DA LEI DE CRIAÇÃO

Após o posicionamento dos municípios na árvore genealógica, foi atribuído a cada um deles um "**número de ordem**", composto por uma letra e um número, cujo intuito é promover uma **maior facilidade de consulta**. A letra representa a geração, indo de A (1ª geração) até I (9ª geração). O número que acompanha a letra determina a posição ao longo de uma mesma geração; porém, esse número não apresenta qualquer relação com ordem cronológica de fundação, tendo apenas função organizativa para fins de consulta. Representa um posicionamento no gráfico, variando em ordem crescente do município mais ao topo da geração até o mais próximo à base.

COMO CONSULTAR

PARA ENCONTRAR UM MUNICÍPIO

Para encontrar um município na árvore genealógica, basta consultar a Lista de Códigos e Municípios por Ordem Alfabética. Seguindo a Lista, veja o nome daquele que lhe interessa e verifique o código que está atribuído a ele. Sabendo o código, identifique no diagrama a geração a qual o município pertence. Na coluna da geração, localize o número associado ao município desejado. Por exemplo, caso queira verificar onde Erechim está posicionado na árvore, basta consultar a lista e olhar o número de ordem colocado ao lado esquerdo do nome (no caso, D.51). Com isso, deve-se observar a geração associada à letra D (4ª geração). De cima para baixo, Erechim será o 51º município a aparecer na referida coluna.

BUSCA POR ORDEM ALFABÉTICA

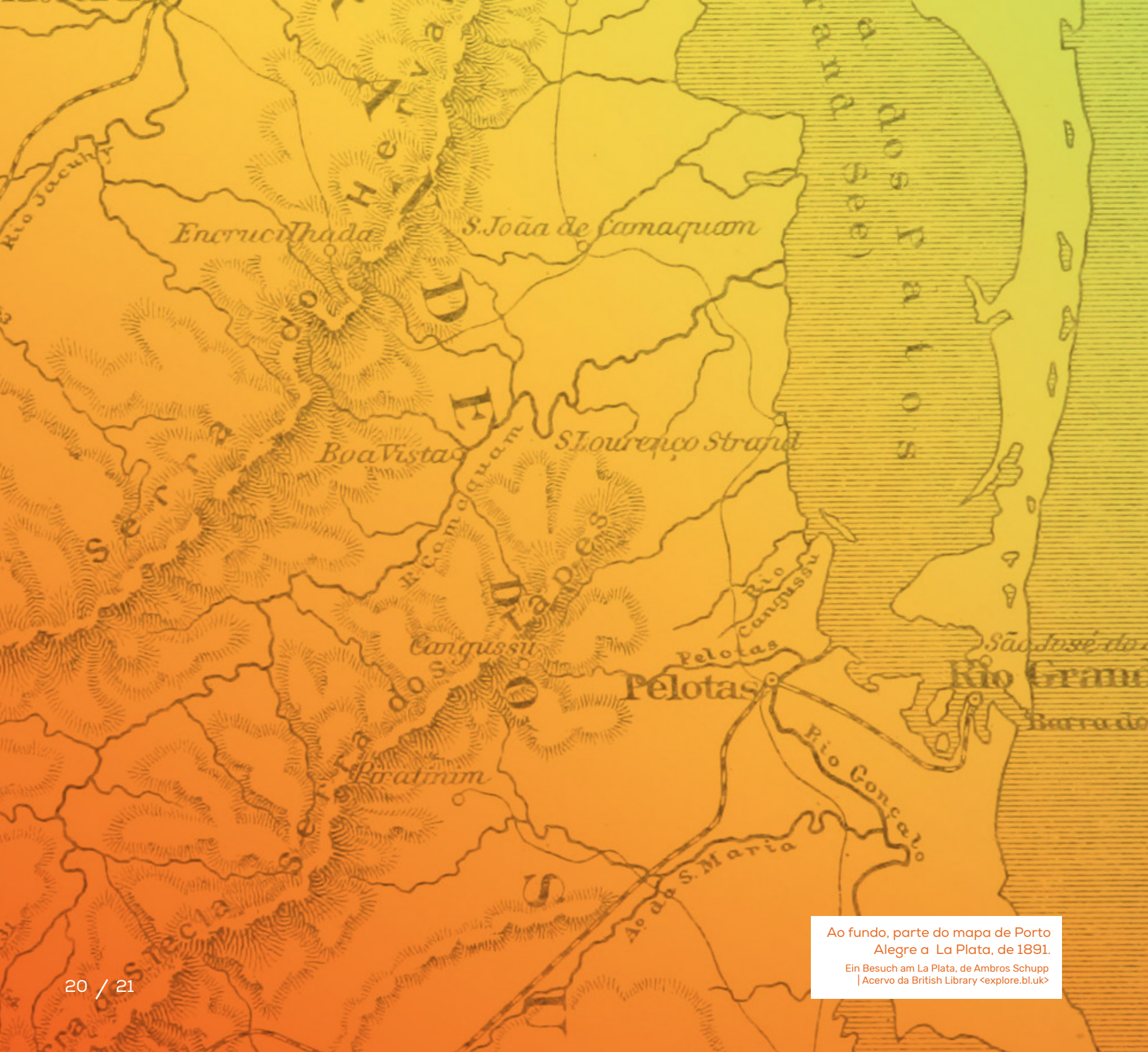
ERECHIM

D.51

COLOCAÇÃO (51º)

GERAÇÃO (4ª)

PARA ENCONTRAR INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Para verificar municípios criados ou criadores de determinada unidade territorial (caso haja alguma simbologia associada), não é necessário o Código. Basta conferir o nome do município, na Lista de Códigos e Municípios, e consultar as informações complementares.

Ao fundo, parte do mapa de Porto Alegre a La Plata, de 1891.
Ein Besuch am La Plata, de Ambros Schupp | Acervo da British Library <explore.bl.uk>

REFERÊNCIAS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. **Evolução Municipal - Rio Grande do Sul - 1809-1996**. Porto Alegre: CORAG, 2001.

BARROSO, V. L. M. O Rio Grande de São Pedro sob o olhar de um português: Domingos José Marques Fernandes (1804). **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 38, supl., p. S209-S220, nov. 2012. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/viewFile/12468/8765> . Acesso em 08 nov. 2017.

BORGES FORTES, A; WAGNER, J. B. S. **História administrativa judiciária e eclesiástica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1963.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil** [recurso eletrônico] : texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas constitucionais n°s 1/1992 a 95/2016, pelo Decreto legislativo n° 186/2008 e pelas Emendas constitucionais de revisão n°s 1 a 6/1994. – 51. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017.

COSTA E SILVA, R. **Notas à Margem da História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1968.

FELIZARDO, J. N. (org). **Evolução Administrativa do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Instituto Gaúcho de Reforma Agrária, (s.d.)

FIALHO, D. M. A Porto Alegre de Antônio Eleuthério de Camargo. In 1° Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, 2011, Paraty. **Anais**... Belo Horizonte: UFMG, 2011. p. 1-18. Disponível em: <https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/FIALHO_DANIELA_M.pdf>. Acesso em 08 nov. 2017.

GUERRA, A. E. Breve histórico da configuração político-administrativa brasileira. In.: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Evolução da Divisão Territorial do Brasil**: 1872-2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cronologia dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul**: IBGE, 2005 (não publicado).

_______. **Evolução da Divisão Territorial do Brasil**: 1872-2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

INSTITUTO GEOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO DE SÃO PAULO. **Quadro do Desmembramento Territorial-Administrativo dos Municípios Paulistas**. São Paulo: IGC, 1995.

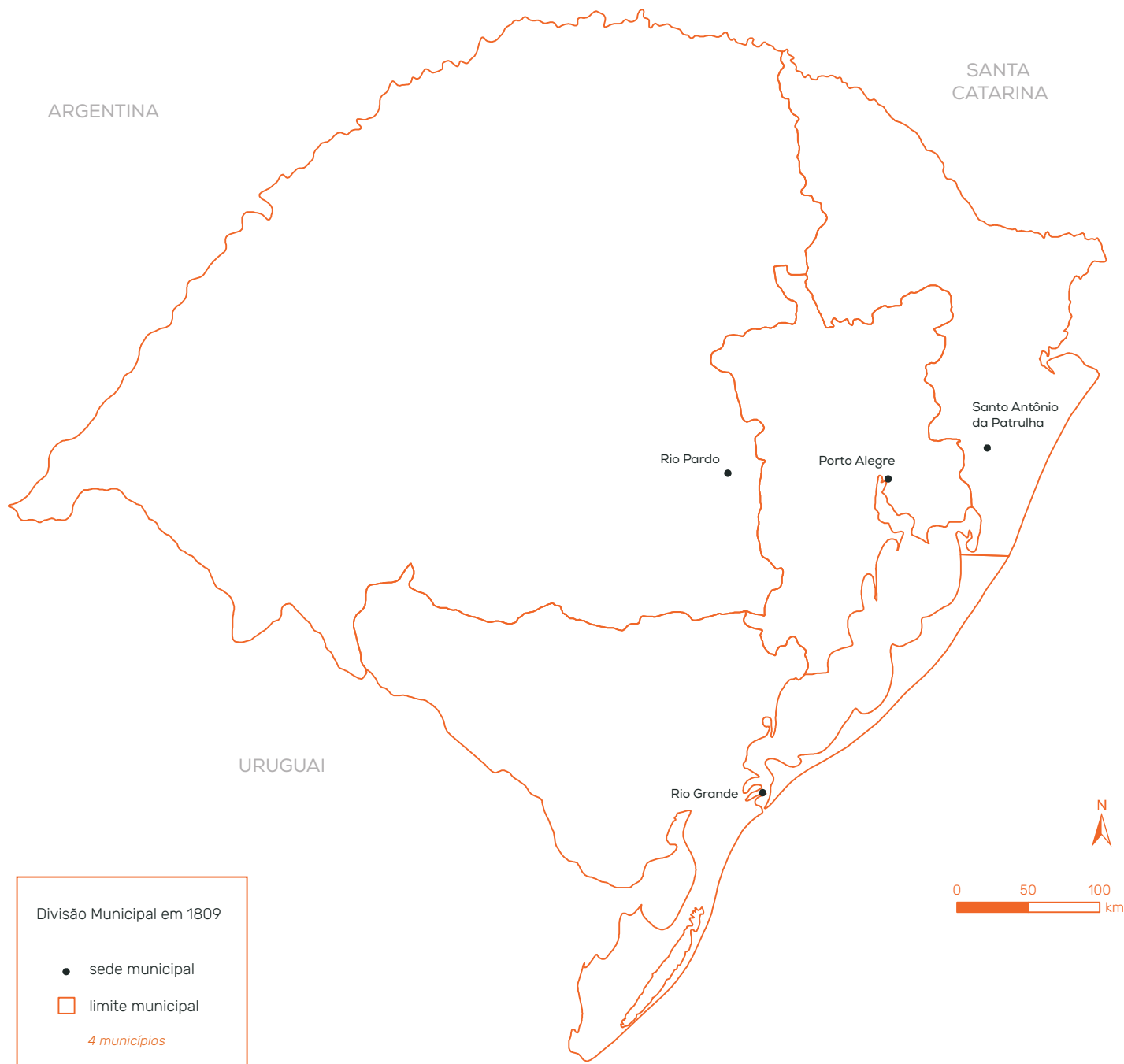
LA SALVIA, F.; MARODIN, E. F. Evolução municipal: uma análise geográfica. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, n. 19, p. 3-16, jan./dez. 1976.

MEIRELLES, H. L. **Direito Municipal Brasileiro**. 6. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1993.

RIO GRANDE DO SUL. **Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul** - Edição Eletrônica. Porto Alegre: SPGG/RS, 2017 (Atlas). Disponível em: <http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/inicial>. Acesso em: 08 nov. 2017.

TOMIO, F. R. L.. A criação de municípios após a Constituição de 1988. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 17, n. 48, p. 61-89, fev. 2002

ANEXO I

MAPAS DA EVOLUÇÃO DA DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO RIO GRANDE DO SUL

Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul.
Os limites representados neste mapa são uma generalização meramente ilustrativa. Também foi considerada a fronteira atual entre os países.

Fonte: IBGE
Elaboração: Departamento de Planejamento Governamental; Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão - RS (novembro/2017).

Fonte: IBGE
Elaboração: Departamento de Planejamento Governamental; Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão - RS (novembro/2017).

Fonte: IBGE
Elaboração: Departamento de Planejamento Governamental; Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão - RS (novembro/2017).

Fonte: IBGE
Elaboração: Departamento de Planejamento Governamental; Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão - RS (novembro/2017).

Fonte: IBGE

Elaboração: Departamento de Planejamento Governamental; Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão - RS (novembro/2017).

Fonte: IBGE
Elaboração: Departamento de Planejamento Governamental; Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão - RS (novembro/2017).

Fonte: IBGE
Elaboração: Departamento de Planejamento Governamental; Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão - RS (novembro/2017).

Fonte: IBGE
Elaboração: Departamento de Planejamento Governamental; Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão - RS (novembro/2017).

Fonte: IBGE
Elaboração: Departamento de Planejamento Governamental; Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão - RS (novembro/2017).

Fonte: IBGE

Elaboração: Departamento de Planejamento Governamental; Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão - RS (novembro/2017).

Fonte: IBGE
Elaboração: Departamento de Planejamento Governamental; Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão - RS (novembro/2017).

ANEXO II

QUADRO DA CRIAÇÃO DOS ATUAIS 497 MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL

MUNICÍPIO	CRIAÇÃO	ORIGEM	NOMES ANTERIORES[1]
Aceguá	16 de abril de 1996	Bagé	-
Água Santa	8 de dezembro de 1987	Ciríaco, Passo Fundo e Tapejara	-
Agudo	16 de fevereiro de 1959	Cachoeira do Sul e Sobradinho	-
Ajuricaba	8 de novembro de 1965	Ijuí	-
Alecrim	9 de outubro de 1963	Santo Cristo	-
Alegrete	25 de outubro de 1831	Cachoeira do Sul	-
Alegria	31 de dezembro de 1987	Chiapetta e Três de Maio	-
Almirante Tamandaré do Sul	16 de abril de 1996	Carazinho	-
Alpestre	26 de dezembro de 1963	Iraí	-
Alto Alegre	2 de dezembro de 1987	Espumoso	-
Alto Feliz	20 de março de 1992	Feliz	-
Alvorada	17 de setembro de 1965	Viamão	-
Amaral Ferrador	12 de maio de 1988	Dom Feliciano e Encruzilhada do Sul	-
Ametista do Sul	20 de março de 1992	Iraí, Planalto e Rodeio Bonito	-
André da Rocha	12 de maio de 1988	Lagoa Vermelha	-
Anta Gorda	26 de dezembro de 1963	Encantado	-
Antônio Prado	11 de fevereiro de 1899	Vacaria	-
Arambaré	20 de março de 1992	Camaquã e Tapes	-
Araricá	28 de dezembro de 1995	Nova Hartz e Sapiranga	-
Aratiba	4 de outubro de 1955	Erechim	-
Arroio do Meio	28 de novembro de 1934	Encantado e Lajeado	-
Arroio do Padre	16 de abril de 1996	Pelotas	-
Arroio do Sal	22 de abril de 1988	Torres	-
Arroio do Tigre	6 de novembro de 1963	Espumoso, Sobradinho e Soledade	-
Arroio dos Ratos	28 de dezembro de 1964	São Jerônimo	-

[1] Conforme consta o nome do município nos censos demográficos a partir de 1872

MUNICÍPIO	CRIAÇÃO	ORIGEM	NOMES ANTERIORES[1]
Arroio Grande	24 de março de 1873	Jaguarão	-
Arvorezinha	16 de fevereiro de 1959	Encantado e Soledade	-
Augusto Pestana	17 de setembro de 1965	Cruz Alta, Ijuí e Santo Ângelo	-
Áurea	24 de novembro de 1987	Gaurama	-
Bagé	5 de junho de 1846	Alegrete, Caçapava do Sul e Piratini	-
Balneário Pinhal	28 de dezembro de 1995	Cidreira	-
Barão	12 de maio de 1988	Bom Princípio, Carlos Barbosa e Salvador do Sul	-
Barão de Cotegipe	1 de junho de 1964	Aratiba, Erechim e São Valentim	-
Barão do Triunfo	20 de março de 1992	São Jerônimo	-
Barra do Guarita	20 de março de 1992	Tenente Portela	-
Barra do Quaraí	28 de dezembro de 1995	Uruguaiana	-
Barra do Ribeiro	17 de fevereiro de 1959	Guaíba e Tapes	-
Barra do Rio Azul	20 de março de 1992	Aratiba	-
Barra Funda	20 de março de 1992	Sarandi	-
Barracão	30 de maio de 1964	Lagoa Vermelha e São José do Ouro	-
Barros Cassal	5 de novembro de 1963	Soledade	-
Benjamin Constant do Sul	28 de dezembro de 1995	São Valentim	-
Bento Gonçalves	11 de outubro de 1890	Montenegro	-
Boa Vista das Missões	20 de março de 1992	Palmeira das Missões e Seberi	-
Boa Vista do Buricá	2 de dezembro de 1963	Crissiumal, Humaitá e Três de Maio	-
Boa Vista do Cadeado	16 de abril de 1996	Augusto Pestana, Cruz Alta e Ijuí	-
Boa Vista do Incra	16 de abril de 1996	Cruz Alta e Fortaleza dos Valos	-

[1] **Conforme consta o nome do município nos censos demográficos a partir de 1872**

MUNICÍPIO	CRIAÇÃO	ORIGEM	NOMES ANTERIORES[1]
Boa Vista do Sul	28 de dezembro de 1995	Barão e Garibaldi	-
Bom Jesus	16 de julho de 1913	Vacaria	Aparados da Serra
Bom Princípio	12 de maio de 1982	Montenegro e São Sebastião do Caí	-
Bom Progresso	20 de março de 1992	Campo Novo, Humaitá e Três Passos	-
Bom Retiro do Sul	31 de janeiro de 1959	Taquari	-
Boqueirão do Leão	8 de dezembro de 1987	Barros Cassal, Lajeado, Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires	-
Bossoroca	12 de outubro de 1965	São Luiz Gonzaga	-
Bozano	16 de abril de 1996	Ijuí	-
Braga	15 de dezembro de 1965	Campo Novo e Redentora	-
Brochier	11 de abril de 1988	Montenegro	Brochier do Maratá
Butiá	9 de outubro de 1963	São Jerônimo	-
Caçapava do Sul	25 de outubro de 1831	Cachoeira do Sul, Piratini e Rio Pardo	Caçapava
Cacequi	28 de dezembro de 1944	Rosário do Sul, São Gabriel e São Vicente do Sul	-
Cachoeira do Sul	26 de abril de 1819	Rio Pardo	Cachoeira
Cachoeirinha	9 de novembro de 1965	Gravataí	-
Cacique Doble	1 de junho de 1964	Machadinho e São José do Ouro	-
Caibaté	17 de setembro de 1965	São Luiz Gonzaga	-
Caiçara	19 de outubro de 1965	Frederico Westphalen	-
Camaquã	19 de abril de 1864	Porto Alegre	São João Baptista do Camaquam
Camargo	12 de maio de 1988	Marau	-
Cambará do Sul	20 de dezembro de 1963	São Francisco de Paula	-
Campestre da Serra	20 de março de 1992	Vacaria	-
Campina das Missões	9 de outubro de 1963	Giruá e Santa Rosa	-

[1] Conforme consta o nome do município nos censos demográficos a partir de 1872

MUNICÍPIO	CRIAÇÃO	ORIGEM	NOMES ANTERIORES[1]
Campinas do Sul	31 de janeiro de 1959	Erechim	-
Campo Bom	31 de janeiro de 1959	Novo Hamburgo e São Leopoldo	-
Campo Novo	31 de janeiro de 1959	Tenente Portela e Três Passos	-
Campos Borges	13 de abril de 1988	Espumoso	-
Candelária	7 de julho de 1925	Rio Pardo	-
Cândido Godói	9 de outubro de 1963	Giruá e Santa Rosa	-
Candiota	20 de março de 1992	Bagé e Pinheiro Machado	-
Canela	28 de dezembro de 1944	Taquara	-
Canguçu	28 de janeiro de 1857	Piratini	Cangussú
Canoas	27 de junho de 1939	Gravataí e São Sebastião do Caí	-
Canudos do Vale	16 de abril de 1996	Lajeado e Progresso	-
Capão Bonito do Sul	16 de abril de 1996	Lagoa Vermelha	-
Capão da Canoa	12 de abril de 1982	Osório	-
Capão do Cipó	16 de abril de 1996	Santiago e São Miguel das Missões	-
Capão do Leão	3 de maio de 1982	Pelotas	-
Capela de Santana	8 de dezembro de 1987	Canoas, Portão e São Sebastião do Caí	-
Capitão	20 de março de 1992	Arroio do Meio e Nova Bréscia	-
Capivari do Sul	28 de dezembro de 1995	Palmares do Sul	-
Caraá	28 de dezembro de 1995	Santo Antônio da Patrulha	
Carazinho	24 de janeiro de 1931	Passo Fundo	Carasinho
Carlos Barbosa	25 de setembro de 1959	Garibaldi, Montenegro e São Sebastião do Caí	-
Carlos Gomes	20 de março de 1992	Viadutos	-
Casca	15 de dezembro de 1954	Guaporé	-

[1] Conforme consta o nome do município nos censos demográficos a partir de 1872

MUNICÍPIO	CRIAÇÃO	ORIGEM	NOMES ANTERIORES[1]
Caseiros	9 de maio de 1988	Ciríaco, Ibiaçá, Ibiraiaras e Lagoa Vermelha	-
Catuípe	16 de outubro de 1961	Ijuí e Santo Ângelo	-
Caxias do Sul	20 de junho de 1890	São Sebastião do Caí	Caxias
Centenário	20 de março de 1992	Áurea	-
Cerrito	28 de dezembro de 1995	Pedro Osório	-
Cerro Branco	12 de maio de 1988	Cachoeira do Sul	-
Cerro Grande	13 de abril de 1988	Palmeira das Missões	-
Cerro Grande do Sul	12 de maio de 1988	Tapes	-
Cerro Largo	15 de dezembro de 1954	São Luiz Gonzaga	-
Chapada	12 de fevereiro de 1959	Palmeira das Missões e Sarandi	-
Charqueadas	28 de abril de 1982	São Jerônimo	-
Charrua	20 de março de 1992	Getúlio Vargas e Tapejara	-
Chiapetta	15 de dezembro de 1965	Catuípe	-
Chuí	28 de dezembro de 1995	Santa Vitória do Palmar	-
Chuvisca	28 de dezembro de 1995	Camaquã	-
Cidreira	9 de maio de 1988	Palmares do Sul e Tramandaí	-
Ciríaco	28 de dezembro de 1965	Passo Fundo	-
Colinas	20 de março de 1992	Estrela e Roca Sales	-
Colorado	3 de julho de 1962	Carazinho, Santa Bárbara do Sul e Tapera	-
Condor	17 de novembro de 1965	Palmeira das Missões e Panambi	-
Constantina	14 de abril de 1959	Sarandi	-
Coqueiro Baixo	16 de abril de 1996	Nova Bréscia e Relvado	-
Coqueiros do Sul	20 de março de 1992	Carazinho	-
Coronel Barros	20 de março de 1992	Augusto Pestana e Ijuí	-

[1] Conforme consta o nome do município nos censos demográficos a partir de 1872

MUNICÍPIO	CRIAÇÃO	ORIGEM	NOMES ANTERIORES[1]
Coronel Bicaco	18 de dezembro de 1963	Campo Novo, Palmeira das Missões e Santo Augusto	-
Coronel Pilar	16 de abril de 1996	Garibaldi e Roca Sales	-
Cotiporã	12 de maio de 1982	Veranópolis	-
Coxilha	20 de março de 1992	Passo Fundo e Sertão	-
Crissiumal	18 de dezembro de 1954	Três Passos	-
Cristal	29 de abril de 1988	Camaquã e Canguçu	-
Cristal do Sul	28 de dezembro de 1995	Rodeio Bonito e Seberi	-
Cruz Alta	11 de março de 1833	Rio Pardo	-
Cruzaltense	16 de abril de 1996	Campinas do Sul	-
Cruzeiro do Sul	22 de novembro de 1963	Lajeado	-
David Canabarro	28 de dezembro de 1965	Passo Fundo	-
Derrubadas	20 de março de 1992	Tenente Portela	-
Dezesseis de Novembro	11 de abril de 1988	São Luiz Gonzaga	-
Dilermando de Aguiar	28 de dezembro de 1995	Santa Maria	-
Dois Irmãos	10 de setembro de 1959	São Leopoldo	-
Dois Irmãos das Missões	20 de março de 1992	Erval Seco	-
Dois Lajeados	2 de dezembro de 1987	Guaporé	-
Dom Feliciano	9 de dezembro de 1963	Camaquã, Encruzilhada do Sul e São Jerônimo	-
Dom Pedrito	30 de outubro de 1872	Bagé	-
Dom Pedro de Alcântara	28 de dezembro de 1995	Torres	-
Dona Francisca	17 de julho de 1965	Faxinal do Soturno	-
Doutor Maurício Cardoso	8 de dezembro de 1987	Horizontina	-
Doutor Ricardo	28 de dezembro de 1995	Anta Gorda e Encantado	-
Eldorado do Sul	8 de junho de 1988	Guaíba	-

[1] Conforme consta o nome do município nos censos demográficos a partir de 1872

MUNICÍPIO	CRIAÇÃO	ORIGEM	NOMES ANTERIORES[1]
Encantado	31 de março de 1915	Lajeado e Soledade	-
Encruzilhada do Sul	19 de julho de 1849	Rio Pardo	Encruzilhada
Engenho Velho	20 de março de 1992	Constantina	-
Entre Rios do Sul	9 de maio de 1988	São Valentim	-
Entre-Ijuís	13 de abril de 1988	Santo Ângelo	-
Erebango	11 de abril de 1988	Getúlio Vargas	-
Erechim	30 de abril de 1918	Passo Fundo	José Bonifácio
Ernestina	11 de abril de 1988	Passo Fundo e Victor Graeff	-
Erval Grande	16 de fevereiro de 1959	Erechim	-
Erval Seco	20 de dezembro de 1963	Palmeira das Missões, Seberi e Tenente Portela	-
Esmeralda	27 de novembro de 1963	Vacaria	-
Esperança do Sul	28 de dezembro de 1995	Três Passos	-
Espumoso	18 de dezembro de 1954	Soledade	-
Estação	21 de abril de 1988	Getúlio Vargas	-
Estância Velha	8 de setembro de 1959	São Leopoldo e São Sebastião do Caí	-
Esteio	15 de dezembro de 1954	São Leopoldo	-
Estrela	20 de maio de 1876	Taquari	Estrella
Estrela Velha	28 de dezembro de 1995	Arroio do Tigre	-
Eugênio de Castro	29 de abril de 1988	Santo Ângelo	-
Fagundes Varela	8 de dezembro de 1987	Veranópolis	-
Farroupilha	11 de dezembro de 1934	Bento Gonçalves, Caxias do Sul e Montenegro	-
Faxinal do Soturno	12 de fevereiro de 1959	Cachoeira do Sul e Julio de Castilhos	-
Faxinalzinho	12 de maio de 1988	São Valentim	-
Fazenda Vilanova	28 de dezembro de 1995	Bom Retiro do Sul	-

[1] Conforme consta o nome do município nos censos demográficos a partir de 1872

MUNICÍPIO	CRIAÇÃO	ORIGEM	NOMES ANTERIORES[1]
Feliz	17 de fevereiro de 1959	São Sebastião do Caí	-
Flores da Cunha	17 de maio de 1924	Caxias do Sul	Nova Trento
Floriano Peixoto	28 de dezembro de 1995	Getúlio Vargas	-
Fontoura Xavier	9 de julho de 1965	Soledade	-
Formigueiro	9 de outubro de 1963	São Sepé	-
Forquetinha	16 de abril de 1996	Lajeado	-
Fortaleza dos Valos	3 de maio de 1982	Cruz Alta	-
Frederico Westphalen	15 de dezembro de 1954	Iraí e Palmeira das Missões	-
Garibaldi	31 de outubro de 1900	Bento Gonçalves	-
Garruchos	20 de março de 1992	Santo Antônio das Missões e São Borja	-
Gaurama	15 de dezembro de 1954	Erechim	-
General Câmara	4 de maio de 1881	Taquari	Santo Amaro
Gentil	20 de março de 1992	Ciríaco e Marau	-
Getúlio Vargas	18 de dezembro de 1934	Erechim e Passo Fundo	-
Giruá	28 de janeiro de 1955	Santa Rosa e Santo Ângelo	-
Glorinha	4 de maio de 1988	Gravataí	-
Gramado	15 de dezembro de 1954	São Sebastião do Caí e Taquara	-
Gramado dos Loureiros	20 de março de 1992	Nonoai	-
Gramado Xavier	20 de março de 1992	Barros Cassal e Santa Cruz do Sul	-
Gravataí	11 de junho de 1880	Porto Alegre	Gravatahy
Guabiju	8 de dezembro de 1987	Nova Prata	-
Guaíba	14 de outubro de 1926	Porto Alegre	Guahyba
Guaporé	11 de dezembro de 1903	Lajeado e Passo Fundo	-
Guarani das Missões	31 de janeiro de 1959	Giruá, Santo Ângelo e São Luiz Gonzaga	-

[1] Conforme consta o nome do município nos censos demográficos a partir de 1872

MUNICÍPIO	CRIAÇÃO	ORIGEM	NOMES ANTERIORES[1]
Harmonia	13 de abril de 1988	Montenegro	-
Herval	20 de maio de 1881	Jaguarão	-
Herveiras	28 de dezembro de 1995	Sinimbu	-
Horizontina	18 de dezembro de 1954	Santa Rosa	-
Hulha Negra	20 de março de 1992	Bagé	-
Humaitá	18 de fevereiro de 1959	Crissiumal e Três Passos	-
Ibarama	15 de dezembro de 1987	Sobradinho	-
Ibiaçá	22 de novembro de 1965	Passo Fundo e Sananduva	-
Ibiraiaras	9 de julho de 1965	Lagoa Vermelha	-
Ibirapuitã	15 de dezembro de 1987	Marau e Soledade	-
Ibirubá	15 de dezembro de 1954	Cruz Alta	-
Igrejinha	1 de junho de 1964	Taquara	-
Ijuí	31 de janeiro de 1912	Cruz Alta	Ijuhy
Ilópolis	26 de dezembro de 1963	Encantado	-
Imbé	9 de maio de 1988	Tramandaí	-
Imigrante	9 de maio de 1988	Estrela e Garibaldi	-
Independência	23 de outubro de 1965	Três de Maio	-
Inhacorá	20 de março de 1992	Catuípe e Chiapetta	-
Ipê	15 de dezembro de 1987	Vacaria	-
Ipiranga do Sul	20 de abril de 1988	Getúlio Vargas	-
Iraí	1 de julho de 1933	Palmeira das Missões	Irahy
Itaara	28 de dezembro de 1995	Santa Maria	-
Itacurubi	9 de maio de 1988	Santiago e São Borja	-
Itapuca	20 de março de 1992	Arvorezinha	-
Itaqui	6 de dezembro de 1858	São Borja	Itaquy
Itati	16 de abril de 1996	Terra de Areia	-
Itatiba do Sul	19 de dezembro de 1964	Erechim	-

[1] Conforme consta o nome do município nos censos demográficos a partir de 1872

MUNICÍPIO	CRIAÇÃO	ORIGEM	NOMES ANTERIORES[1]
Ivorá	9 de maio de 1988	Júlio de Castilhos	-
Ivoti	19 de outubro de 1964	Dois Irmãos e Estância Velha	-
Jaboticaba	30 de novembro de 1987	Palmeira das Missões	-
Jacuizinho	16 de abril de 1996	Espumoso e Salto do Jacuí	-
Jacutinga	1 de junho de 1964	Campinas do Sul e Erechim	-
Jaguarão	6 de julho de 1832	Piratini	-
Jaguari	16 de agosto de 1920	Júlio de Castilhos, Santiago, São Francisco de Assis e São Vicente do Sul	Jaguary
Jaquirana	8 de dezembro de 1987	São Francisco de Paula	-
Jari	28 de dezembro de 1995	Tupanciretã	-
Jóia	12 de maio de 1982	Santo Ângelo e Tupanciretã	-
Júlio de Castilhos	14 de julho de 1891	São Martinho (extinto)	Villa Rica
Lagoa Bonita do Sul	16 de abril de 1996	Sobradinho	-
Lagoa dos Três Cantos	20 de março de 1992	Não-Me-Toque e Tapera	-
Lagoa Vermelha	10 de maio de 1881	Vacaria	-
Lagoão	20 de abril de 1988	Soledade	-
Lajeado	26 de janeiro de 1891	Estrela	Lageado
Lajeado do Bugre	20 de março de 1992	Cerro Grande, Jaboticaba e Palmeira das Missões	-
Lavras do Sul	9 de maio de 1882	Bagé e Caçapava do Sul	Lavras
Liberato Salzano	1 de junho de 1964	Constantina e Nonoai	-
Lindolfo Collor	20 de março de 1992	Ivoti	-
Linha Nova	20 de março de 1992	Feliz	-
Maçambará	28 de dezembro de 1995	Itaqui	-
Machadinho	16 de fevereiro de 1959	Lagoa Vermelha	-

[1] Conforme consta o nome do município nos censos demográficos a partir de 1872

MUNICÍPIO	CRIAÇÃO	ORIGEM	NOMES ANTERIORES[1]
Mampituba	28 de dezembro de 1995	Torres	-
Manoel Viana	20 de março de 1992	Alegrete e São Francisco de Assis	-
Maquiné	20 de março de 1992	Osório	-
Maratá	20 de março de 1992	Brochier, Montenegro e Salvador do Sul	-
Marau	18 de dezembro de 1954	Guaporé e Passo Fundo	-
Marcelino Ramos	28 de dezembro de 1944	Erechim e Lagoa Vermelha	-
Mariana Pimentel	20 de março de 1992	Barra do Ribeiro e Guaíba	-
Mariano Moro	9 de julho de 1965	Erechim	-
Marques de Souza	28 de dezembro de 1995	Lajeado	-
Mata	2 de dezembro de 1964	São Vicente do Sul	-
Mato Castelhano	30 de março de 1992	Passo Fundo	-
Mato Leitão	20 de março de 1992	Cruzeiro do Sul e Venâncio Aires	-
Mato Queimado	16 de abril de 1996	Caibaté	-
Maximiliano de Almeida	27 de dezembro de 1961	Machadinho e Marcelino Ramos	-
Minas do Leão	20 de março de 1992	Butiá	-
Miraguaí	15 de dezembro de 1965	Campo Novo e Tenente Portela	-
Montauri	9 de maio de 1988	Guaporé e Serafina Corrêa	-
Monte Alegre dos Campos	28 de dezembro de 1995	Vacaria	-
Monte Belo do Sul	20 de março de 1992	Bento Gonçalves	-
Montenegro	5 de maio de 1873	Triunfo	São João de Montenegro
Mormaço	20 de março de 1992	Soledade	-
Morrinhos do Sul	20 de março de 1992	Torres	-
Morro Redondo	12 de maio de 1988	Pelotas	-
Morro Reuter	20 de março de 1992	Dois Irmãos	-

[1] Conforme consta o nome do município nos censos demográficos a partir de 1872

MUNICÍPIO	CRIAÇÃO	ORIGEM	NOMES ANTERIORES[1]
Mostardas	26 de dezembro de 1963	São José do Norte	-
Muçum	18 de fevereiro de 1959	Guaporé	-
Muitos Capões	28 de dezembro de 1995	Esmeralda, Lagoa Vermelha e Vacaria	-
Muliterno	20 de março de 1992	Ciríaco, David Canabarro e Ibiraiaras	-
Não-Me-Toque	18 de dezembro de 1954	Carazinho	-
Nicolau Vergueiro	20 de março de 1992	Marau	-
Nonoai	30 de janeiro de 1959	Iraí e Sarandi	-
Nova Alvorada	12 de maio de 1988	Arvorezinha	-
Nova Araçá	22 de dezembro de 1964	Nova Prata	-
Nova Bassano	23 de maio de 1964	Nova Prata	-
Nova Boa Vista	20 de março de 1992	Chapada e Sarandi	-
Nova Bréscia	29 de dezembro de 1964	Arroio do Meio e Encantado	-
Nova Candelária	28 de dezembro de 1995	Boa Vista do Buricá e Crissiumal	-
Nova Esperança do Sul	13 de abril de 1988	Jaguari	-
Nova Hartz	2 de dezembro de 1987	Sapiranga	-
Nova Pádua	20 de março de 1992	Flores da Cunha	-
Nova Palma	29 de julho de 1960	Júlio de Castilhos	-
Nova Petrópolis	15 de dezembro de 1954	São Leopoldo e São Sebastião do Caí	-
Nova Prata	11 de agosto de 1924	Lagoa Vermelha e Veranópolis	Prata
Nova Ramada	28 de dezembro de 1995	Ajuricaba	-
Nova Roma do Sul	30 de novembro de 1987	Antônio Prado	-
Nova Santa Rita	20 de março de 1992	Canoas	-
Novo Barreiro	20 de março de 1992	Palmeira das Missões	-

[1] Conforme consta o nome do município nos censos demográficos a partir de 1872

MUNICÍPIO	CRIAÇÃO	ORIGEM	NOMES ANTERIORES[1]
Novo Cabrais	28 de dezembro de 1995	Cachoeira do Sul e Cerro Branco	-
Novo Hamburgo	5 de abril de 1927	São Leopoldo	-
Novo Machado	20 de março de 1992	Tucunduva	-
Novo Tiradentes	20 de março de 1992	Rodeio Bonito	-
Novo Xingu	16 de abril de 1996	Constantina	-
Osório	16 de dezembro de 1857	Santo Antônio da Patrulha	Conceição do Arroio
Paim Filho	5 de dezembro de 1961	Machadinho e Sananduva	-
Palmares do Sul	12 de maio de 1982	Mostardas, Osório, Tramandaí e Viamão	-
Palmeira das Missões	6 de maio de 1874	Cruz Alta e Passo Fundo	Palmeira
Palmitinho	8 de novembro de 1965	Frederico Westphalen	-
Panambi	15 de dezembro de 1954	Cruz Alta e Palmeira das Missões	-
Pantano Grande	15 de dezembro de 1987	Rio Pardo	-
Paraí	9 de julho de 1965	Nova Prata	-
Paraíso do Sul	12 de maio de 1988	Cachoeira do Sul	-
Pareci Novo	20 de março de 1992	Montenegro	-
Parobé	1 de maio de 1982	Sapiranga e Taquara	-
Passa Sete	28 de dezembro de 1995	Sobradinho	-
Passo do Sobrado	20 de março de 1992	Rio Pardo	-
Passo Fundo	28 de janeiro de 1857	Cruz Alta	Paço Fundo
Paulo Bento	16 de abril de 1996	Barão de Cotegipe, Erechim, Jacutinga, Ponte Preta	-
Paverama	13 de abril de 1988	Taquari	-
Pedras Altas	16 de abril de 1996	Herval e Pinheiro Machado	-
Pedro Osório	3 de abril de 1959	Arroio Grande e Canguçu	-
Pejuçara	15 de dezembro de 1965	Cruz Alta e Panambi	-

[1] Conforme consta o nome do município nos censos demográficos a partir de 1872

MUNICÍPIO	CRIAÇÃO	ORIGEM	NOMES ANTERIORES[1]
Pelotas	7 de dezembro de 1830	Rio Grande	-
Picada Café	20 de março de 1992	Ivoti, Nova Petrópolis e Santa Maria do Herval	-
Pinhal	29 de abril de 1988	Palmeira das Missões, Rodeio Bonito e Seberi	-
Pinhal da Serra	16 de abril de 1996	Esmeralda	-
Pinhal Grande	20 de março de 1992	Júlio de Castilhos e Nova Palma	-
Pinheirinho do Vale	20 de março de 1992	Palmitinho	-
Pinheiro Machado	2 de maio de 1878	Piratini	Cacimbinhas
Pinto Bandeira*	16 de abril de 1996	Bento Gonçalves	-
Pirapó	30 de novembro de 1987	São Luiz Gonzaga e São Nicolau	-
Piratini	15 de dezembro de 1830	Rio Grande	Piratinim, Piratiny
Planalto	26 de dezembro de 1963	Iraí e Nonoai	-
Poço das Antas	12 de maio de 1988	Salvador do Sul	-
Pontão	20 de março de 1992	Carazinho, Passo Fundo, Ronda Alta e Sarandi	-
Ponte Preta	20 de março de 1992	Barão de Cotegipe e Jacutinga	-
Portão	9 de outubro de 1963	Canoas, Estância Velha, São Leopoldo e São Sebastião do Caí	-
Porto Alegre	7 de outubro de 1809	Município originário	-
Porto Lucena	6 de outubro de 1955	Santa Rosa	-
Porto Mauá	20 de março de 1992	Tucunduva e Tuparendi	-
Porto Vera Cruz	20 de março de 1992	Alecrim, Porto Lucena e Santo Cristo	-
Porto Xavier	6 de janeiro de 1966	Cerro Largo	-

* Pinto Bandeira foi instalado em 2001 e existiu até 2003, voltando a ser distrito de Bento Gonçalves até 31 de dezembro de 2012. A partir de 1º de janeiro de 2013, foi novamente instalado como município.

[1] Conforme consta o nome do município nos censos demográficos a partir de 1872

MUNICÍPIO	CRIAÇÃO	ORIGEM	NOMES ANTERIORES[1]
Pouso Novo	29 de abril de 1988	Arroio do Meio	-
Presidente Lucena	20 de março de 1992	Ivoti	-
Progresso	30 de novembro de 1987	Lajeado	-
Protásio Alves	29 de abril de 1988	Nova Prata	-
Putinga	26 de dezembro de 1963	Encantado	-
Quaraí	8 de abril de 1875	Alegrete	Quarahy
Quatro Irmãos	16 de abril de 1996	Erechim e Jacutinga	-
Quevedos	20 de março de 1992	Júlio de Castilhos	-
Quinze de Novembro	8 de dezembro de 1987	Cruz Alta e Ibirubá	-
Redentora	21 de janeiro de 1964	Campo Novo e Tenente Portela	-
Relvado	9 de maio de 1988	Encantado	-
Restinga Seca	25 de março de 1959	Cachoeira do Sul	-
Rio dos Índios	20 de março de 1992	Nonoai	-
Rio Grande	7 de outubro de 1809	Município originário	-
Rio Pardo	7 de outubro de 1809	Município originário	-
Riozinho	9 de maio de 1988	Rolante	-
Roca Sales	18 de dezembro de 1954	Estrela	-
Rodeio Bonito	20 de dezembro de 1963	Iraí, Palmeira das Missões e Seberi	-
Rolador	16 de abril de 1996	São Luiz Gonzaga	-
Rolante	15 de dezembro de 1954	Santo Antônio da Patrulha	-
Ronda Alta	26 de dezembro de 1963	Nonoai e Sarandi	-
Rondinha	2 de dezembro de 1964	Constantina e Sarandi	-
Roque Gonzales	7 de dezembro de 1965	Cerro Largo	-
Rosário do Sul	19 de abril de 1876	Alegrete e São Gabriel	Rosario
Sagrada Família	20 de março de 1992	Palmeira das Missões	-
Saldanha Marinho	9 de maio de 1988	Santa Bárbara do Sul e Colorado	-

[1] Conforme consta o nome do município nos censos demográficos a partir de 1872

MUNICÍPIO	CRIAÇÃO	ORIGEM	NOMES ANTERIORES[1]
Salto do Jacuí	12 de maio de 1982	Arroio do Tigre, Cruz Alta e Espumoso	-
Salvador das Missões	20 de março de 1992	Cerro Largo	-
Salvador do Sul	9 de outubro de 1963	Montenegro	-
Sananduva	15 de dezembro de 1954	Lagoa Vermelha	-
Santa Bárbara do Sul	31 de janeiro de 1959	Carazinho, Cruz Alta e Ibirubá	-
Santa Cecília do Sul	16 de abril de 1996	Água Santa, Caseiros, Ibiaçá e Tapejara	-
Santa Clara do Sul	20 de março de 1992	Lajeado	-
Santa Cruz do Sul	31 de março de 1877	Rio Pardo	Santa Cruz
Santa Margarida do Sul	16 de abril de 1996	São Gabriel	-
Santa Maria	16 de dezembro de 1857	Cachoeira do Sul e Cruz Alta	Santa Maria da Bocca do Monte
Santa Maria do Herval	12 de maio de 1988	Dois Irmãos	-
Santa Rosa	1 de julho de 1931	Santo Ângelo	-
Santa Tereza	20 de março de 1992	Bento Gonçalves, Garibaldi e Roca Sales	-
Santa Vitória do Palmar	30 de outubro de 1872	Rio Grande	Santa Victoria do Palmar
Santana da Boa Vista	17 de setembro de 1965	Caçapava do Sul	-
Santana do Livramento	10 de fevereiro de 1857	Alegrete	Sant'Anna do Livramento, Livramento
Santiago	4 de janeiro de 1884	Itaqui e São Borja	São Thiago do Boqueirão, Santiago do Boqueirão
Santo Ângelo	22 de março de 1873	Cruz Alta e São Borja	-
Santo Antônio da Patrulha	7 de outubro de 1809	Município originário	-
Santo Antônio das Missões	12 de outubro de 1965	São Borja	-
Santo Antônio do Palma	20 de março de 1992	Casca	-

[1] Conforme consta o nome do município nos censos demográficos a partir de 1872

MUNICÍPIO	CRIAÇÃO	ORIGEM	NOMES ANTERIORES[1]
Santo Antônio do Planalto	20 de março de 1992	Carazinho e Não-Me-Toque	-
Santo Augusto	17 de fevereiro de 1959	Três Passos	-
Santo Cristo	28 de janeiro de 1955	Santa Rosa	-
Santo Expedito do Sul	20 de março de 1992	Cacique Doble e São José do Ouro	-
São Borja	11 de março de 1833	Rio Pardo	-
São Domingos do Sul	8 de dezembro de 1987	Casca	-
São Francisco de Assis	4 de janeiro de 1884	Itaqui e São Vicente do Sul	-
São Francisco de Paula	23 de dezembro de 1902	Taquara	São Francisco de Paula de Cima da Serra
São Gabriel	4 de abril de 1846	Caçapava do Sul, Cachoeira do Sul e São Borja	-
São Jerônimo	3 de dezembro de 1860	Triunfo	São Jeronymo
São João da Urtiga	8 de dezembro de 1987	Paim Filho e Sananduva	-
São João do Polêsine	20 de março de 1992	Faxinal do Soturno	-
São Jorge	30 de novembro de 1987	Nova Prata	-
São José das Missões	20 de março de 1992	Palmeira das Missões	-
São José do Herval	9 de maio de 1988	Fontoura Xavier	-
São José do Hortêncio	29 de abril de 1988	São Sebastião do Caí	-
São José do Inhacorá	20 de março de 1992	Três de Maio	-
São José do Norte	25 de outubro de 1831	Rio Grande	-
São José do Ouro	10 de setembro de 1959	Lagoa Vermelha	-
São José do Sul	16 de abril de 1996	Maratá, Montenegro e Salvador do Sul	-
São José dos Ausentes	20 de março de 1992	Bom Jesus	-
São Leopoldo	1 de abril de 1846	Porto Alegre	-
São Lourenço do Sul	26 de abril de 1884	Pelotas	São Lourenço
São Luiz Gonzaga	3 de junho de 1880	Santo Ângelo e São Borja	-

[1] Conforme consta o nome do município nos censos demográficos a partir de 1872

MUNICÍPIO	CRIAÇÃO	ORIGEM	NOMES ANTERIORES[1]
São Marcos	9 de outubro de 1963	Caxias do Sul	-
São Martinho	27 de novembro de 1963	Campo Novo, Humaitá, Santo Augusto e Três de Maio	-
São Martinho da Serra	20 de março de 1992	Santa Maria	-
São Miguel das Missões	29 de abril de 1988	Santo Ângelo e São Luiz Gonzaga	-
São Nicolau	23 de novembro de 1965	São Luiz Gonzaga	-
São Paulo das Missões	30 de dezembro de 1965	Cerro Largo	-
São Pedro da Serra	20 de março de 1992	Salvador do Sul	-
São Pedro das Missões	16 de abril de 1996	Palmeira das Missões	-
São Pedro do Butiá	20 de março de 1992	Cerro Largo	-
São Pedro do Sul	22 de março de 1926	Santa Maria	São Pedro
São Sebastião do Caí	1 de maio de 1875	São Leopoldo	São Sebastião do Cahy, Caí
São Sepé	29 de abril de 1876	Caçapava do Sul e Cachoeira do Sul	-
São Valentim	17 de fevereiro de 1959	Erechim	-
São Valentim do Sul	20 de março de 1992	Dois Lajeados	-
São Valério do Sul	20 de março de 1992	Santo Augusto	-
São Vendelino	29 de abril de 1988	Bom Princípio	-
São Vicente do Sul	29 de abril de 1876	Itaqui e São Gabriel	São Vicente
Sapiranga	15 de dezembro de 1954	São Leopoldo e Taquara	-
Sapucaia do Sul	14 de novembro de 1961	São Leopoldo	-
Sarandi	27 de junho de 1939	Passo Fundo	-
Seberi	30 de janeiro de 1959	Palmeira das Missões	-
Sede Nova	9 de maio de 1988	Campo Novo, Humaitá e São Martinho	-
Segredo	5 de maio de 1988	Sobradinho e Soledade	-
Selbach	22 de setembro de 1965	Tapera	-
Senador Salgado Filho	28 de dezembro de 1995	Giruá	-

[1] Conforme consta o nome do município nos censos demográficos a partir de 1872

MUNICÍPIO	CRIAÇÃO	ORIGEM	NOMES ANTERIORES[1]
Sentinela do Sul	20 de março de 1992	Cerro Grande do Sul e Tapes	-
Serafina Corrêa	22 de julho de 1960	Casca e Guaporé	-
Sério	20 de março de 1992	Lajeado	-
Sertão	5 de novembro de 1963	Passo Fundo	-
Sertão Santana	20 de março de 1992	Guaíba, São Jerônimo e Tapes	-
Sete de Setembro	28 de dezembro de 1995	Giruá e Guarani das Missões	-
Severiano de Almeida	26 de dezembro de 1963	Erechim, Marcelino Ramos e Viadutos	-
Silveira Martins	11 de dezembro de 1987	Faxinal do Soturno e Santa Maria	-
Sinimbu	20 de março de 1992	Santa Cruz do Sul	-
Sobradinho	3 de dezembro de 1927	Soledade	Jacuhy
Soledade	29 de março de 1875	Passo Fundo	-
Tabaí	28 de dezembro de 1995	Taquari	-
Tapejara	9 de agosto de 1955	Getúlio Vargas e Passo Fundo	-
Tapera	18 de dezembro de 1954	Carazinho	-
Tapes	16 de dezembro de 1857	Porto Alegre	Dores de Camaquam
Taquara	17 de abril de 1886	Santa Cristina do Pinhal (extinto)	Taquara do Mundo Novo
Taquari	4 de julho de 1849	Triunfo	Taquary
Taquaruçu do Sul	9 de maio de 1988	Frederico Westphalen	-
Tavares	12 de maio de 1982	Mostardas	-
Tenente Portela	18 de agosto de 1955	Três Passos	-
Terra de Areia	13 de abril de 1988	Capão da Canoa e Osório	-
Teutônia	5 de outubro de 1981	Estrela	-
Tio Hugo	16 de abril de 1996	Ernestina, Ibirapuitã e Victor Graeff	-

[1] Conforme consta o nome do município nos censos demográficos a partir de 1872

MUNICÍPIO	CRIAÇÃO	ORIGEM	NOMES ANTERIORES[1]
Tiradentes do Sul	20 de março de 1992	Três Passos	-
Toropi	28 de dezembro de 1995	São Pedro do Sul	-
Torres	22 de janeiro 1890	Osório	-
Tramandaí	24 de setembro de 1965	Osório	-
Travesseiro	20 de março de 1992	Arroio do Meio e Nova Bréscia	-
Três Arroios	30 de novembro de 1987	Erechim, Gaurama, Mariano Moro e Severiano de Almeida	-
Três Cachoeiras	29 de abril de 1988	Torres	-
Três Coroas	12 de maio de 1959	Taquara	-
Três de Maio	15 de fevereiro de 1954	Santa Rosa, Santo Ângelo e Três Passos	-
Três Forquilhas	20 de março de 1992	Torres	-
Três Palmeiras	12 de maio de 1988	Constantina e Ronda Alta	-
Três Passos	28 de dezembro de 1944	Palmeira das Missões	-
Trindade do Sul	15 de dezembro de 1987	Liberato Salzano e Nonoai	-
Triunfo	25 de outubro de 1831	Porto Alegre e Rio Pardo	Triumpho
Tucunduva	10 de setembro de 1959	Horizontina e Santa Rosa	-
Tunas	8 de dezembro de 1987	Arroio do Tigre e Soledade	-
Tupanci do Sul	20 de março de 1992	São José do Ouro	-
Tupanciretã	21 de dezembro de 1928	Cruz Alta, Júlio de Castilhos e Santo Ângelo	Tupanciretan
Tupandi	9 de maio de 1988	Bom Princípio e Salvador do Sul	-
Tuparendi	10 de setembro de 1959	Santa Rosa	-
Turuçu	28 de dezembro de 1995	Pelotas e São Lourenço do Sul	-
Ubiretama	28 de dezembro de 1995	Campina das Missões e Giruá	-
União da Serra	20 de março de 1992	Guaporé	-

[1] Conforme consta o nome do município nos censos demográficos a partir de 1872

MUNICÍPIO	CRIAÇÃO	ORIGEM	NOMES ANTERIORES[1]
Unistalda	28 de dezembro de 1995	Santiago	-
Uruguaiana	29 de maio de 1846	Alegrete	Uruguayanna, Uruguayana
Vacaria	1 de abril de 1878	Santo Antônio da Patrulha	-
Vale do Sol	20 de março de 1992	Candelária e Santa Cruz do Sul	-
Vale Real	20 de março de 1992	Feliz	-
Vale Verde	28 de dezembro de 1995	General Câmara	-
Vanini	8 de dezembro de 1987	Casca e David Canabarro	-
Venâncio Aires	30 de abril de 1891	General Câmara	Venancio Ayres
Vera Cruz	30 de janeiro de 1959	Santa Cruz do Sul	-
Veranópolis	15 de janeiro de 1898	Lagoa Vermelha	Alfredo Chaves
Vespasiano Corrêa	28 de dezembro de 1995	Muçum	-
Viadutos	18 de fevereiro de 1959	Gaurama e Marcelino Ramos	-
Viamão	11 de junho de 1880	Porto Alegre	-
Vicente Dutra	17 de setembro de 1965	Frederico Westphalen	-
Victor Graeff	23 de outubro de 1965	Não-Me-Toque e Passo Fundo	-
Vila Flores	12 de maio de 1988	Veranópolis	-
Vila Lângaro	28 de dezembro de 1995	Tapejara	-
Vila Maria	9 de maio de 1988	Casca e Marau	-
Vila Nova do Sul	20 de março de 1992	São Gabriel e São Sepé	-
Vista Alegre	9 de maio de 1988	Frederico Westphalen	-
Vista Alegre do Prata	9 de maio de 1988	Nova Prata	-
Vista Gaúcha	9 de maio de 1988	Tenente Portela	-
Vitória das Missões	20 de março de 1992	Santo Ângelo	-
Westfália	16 de abril de 1996	Imigrante e Teutônia	-
Xangri-lá	20 de março de 1992	Capão da Canoa	-

[1] Conforme consta o nome do município nos censos demográficos a partir de 1872

ANEXO III

ÁRVORE GENEALÓGICA DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL